

Na Amazônia, um Eldorado de 600 bilhões de dólares

Bilhões de toneladas de ferro, cobre, manganês, bauxita, zinco, níquel, prata, ouro — o fabuloso patrimônio mineral da Amazônia Oriental — valem, sem beneficiamento, o equivalente a dez vezes a dívida externa brasileira

Dentro de alguns anos, a Amazônia perderá definitivamente a imagem de "inferno verde" para se tornar o pólo dinâmico de um novo ciclo de desenvolvimento que poderá, talvez, contribuir para mudar a própria face do país. É que numa pequena porção, ainda assim gigantesca, de seu vasto território — a chamada Amazônia Oriental, que engloba um trecho do Pará e do Maranhão, numa extensão de 400 mil km² — se localiza uma das mais ricas províncias minerais já descobertas em todo o mundo. Esta área, que se supõe parte do legendário Eldorado, receberá, no decorrer desta década, dezenas de bilhões de dólares e alguns milhões de pessoas, daqui e do exterior.

Para aproveitar as riquezas minerais da Amazônia, calcula-se que serão necessários investimentos de 60 bilhões de dólares (quase o valor da dívida externa brasileira). Em compensação, ainda nesta década, os projetos lá implantados poderão gerar exportações anuais de 15 bilhões de dólares (quantia comparável a dois terços das exportações brasileiras atuais).

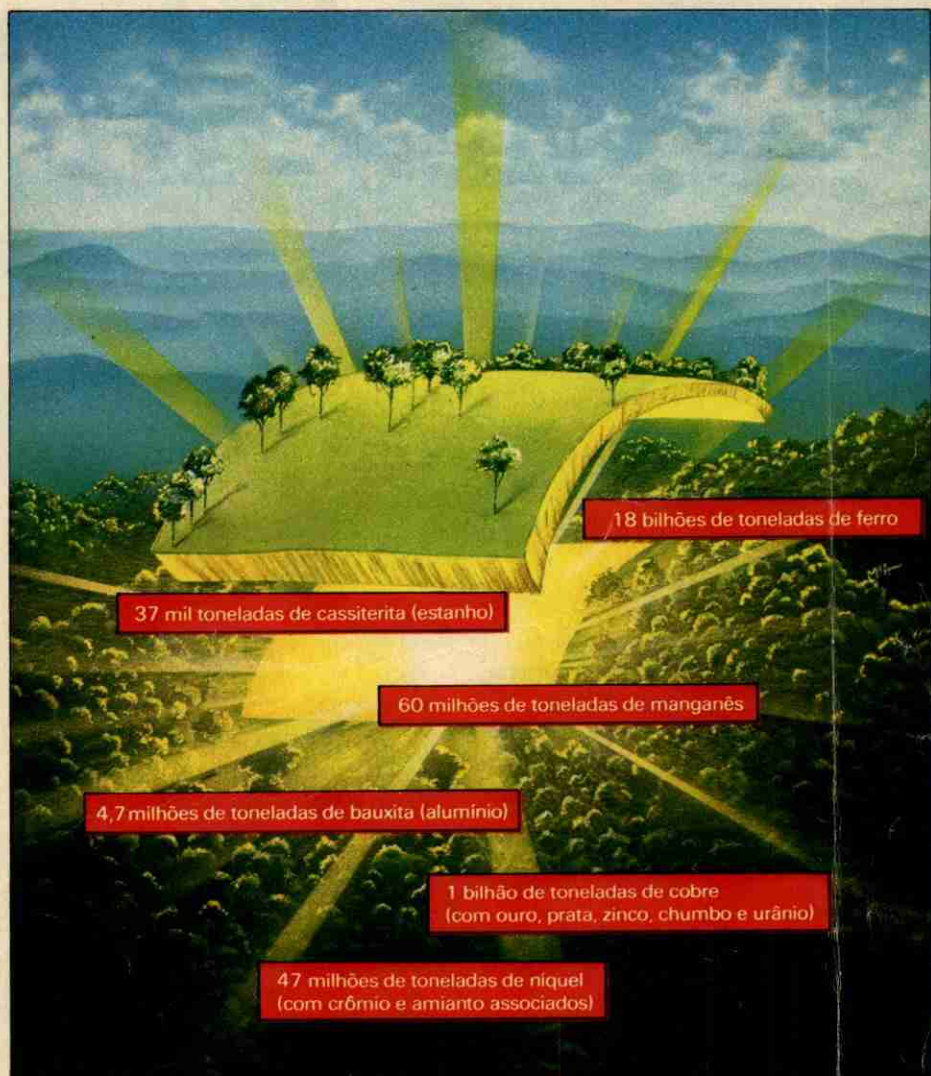
Essa possibilidade convenceu o governo, no final do ano passado, da importância de criar um plano de desenvolvimento para a região: o Programa Grande Carajás, gerenciado por um Conselho Interministerial. Embora o Conselho tenha definido linhas genéricas para a implantação dos projetos previstos no Programa (que não se limitam apenas à mineração, chegando até à agropecuária), ainda falta esclarecer muitos pontos de interesse.

O empresariado nacional quer saber, por exemplo, quais os prazos exatos para a implantação dos projetos: qual o papel neles reservado ao capital nacional e ao investimento estrangeiro; e como serão ga-

rantidos o interesse nacional e o desenvolvimento regional.

Para analisar estas — e outras — questões, EXAME destacou o editor **Jorge Luiz de Souza**, para conhecer de perto a

região (onde esteve, por quinze dias, junto com o fotógrafo **Sommer Andrey**), conversar com técnicos e autoridades e acompanhar o debate que se trava em torno do assunto. Eis o seu relato.



A riqueza da Amazônia Oriental é um fenômeno da natureza que concentrou, numa pequena área da Serra dos Carajás, menor que o Distrito Federal, um fantástico conjunto de ocorrências minerais com aproveitamento econômico. Nessa área estão 18 bilhões de toneladas de minério de ferro, 1 bilhão de toneladas de minério de cobre, 60 milhões de toneladas de manganês, 47 milhões de toneladas de níquel, 45 milhões de toneladas de bauxita e algumas centenas de toneladas de ouro. Associadas a esses minérios, foram constatadas também ocorrências de prata, chumbo, zinco, crômio e amianto. E existem possibilidades geológicas para a descoberta de urânio, além de vários outros indicadores a pesquisar.

Nos limites da serra, existem jazidas desenvolvidas por empresas privadas brasileiras com 37 mil toneladas de cassiterita contendo 66% a 70% de estanho. Um pouco mais distante, nos municípios paraenses de Paragominas, Oriximiná e Almeirim, estão 4,6 bilhões de toneladas de bauxita, que conferem ao Estado do Pará, isoladamente, a posição de terceira reserva mundial desse minério. Esse patrimônio mineral, se pudesse ser extraído de uma só vez, vale-

ria, sem nenhum beneficiamento, o equivalente a dez vezes a dívida externa brasileira atual (600 bilhões de dólares). Mas para que ele possa contribuir nesse sentido, muita coisa terá que ser feita antes.

O empresário Paulo Villares, presidente do grupo Villares, adverte que as primeiras experiências na região têm agravado a situação das contas externas. Na exploração, já iniciada, de bauxita na região do rio Trombetas, preferiu-se o sistema de capital de empréstimo maior que o capital de risco, e o serviço dessa dívida (juros e amortizações) está levando a empresa a ter prejuízo. Além disso, os projetos para a transformação dessa bauxita em alumínio, acrescenta Villares, "estão aceitando, como contrapartida para a obtenção de recursos externos, grandes e desnecessárias im-



portações de equipamentos que poderiam ser produzidos no país".

Quanto ao endividamento, Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, o maior grupo privado nacional, vai mais além: "Se desejamos que uma parcela de Carajás seja feita com capital privado, é preciso que o estrangeiro traga capital de risco, pois não adianta trazer mais empréstimos: o Brasil já deve demais". Também os meios financeiros nacionais, segundo Ermírio, poderão aplicar sob a forma de capital de risco, através de subsidiárias. "E nós, da empresa privada, que estamos acostumados a isto, temos que arriscar mesmo", diz ele.

Até agora, só dois tipos de minério, o de ferro e o de alumínio, têm projetos de aproveitamento em fase de implantação. E

seus efeitos são surpreendentes. O primeiro viabiliza a construção de uma ferrovia de 890 quilômetros, ligando a serra dos Carajás ao porto de Ponta da Madeira, a ser instalada junto a São Luís (MA); essa infraestrutura, por sua vez, facilita o aproveitamento de todos os demais recursos minerais da serra.

Já a transformação da bauxita em alumínio, um processo industrial cujo principal insumo é a energia elé-

trica, viabiliza a hidrelétrica de Tucuruí, com 4 bilhões de watts em sua etapa inicial, que entrará em operação dentro de três anos. Assim, será possível quebrar, pela primeira vez, o círculo vicioso que emperra o desenvolvimento da Amazônia: falta infraestrutura porque não há empreendimentos para consumi-la, e faltam empreendimentos porque não há infraestrutura (ver o quadro na página 42).

A exploração do minério de ferro, entregue exclusivamente à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), custará cerca de 3 bilhões de dólares e gerará exportações de 600 milhões de dólares anuais. Quase dois terços do investimento serão gastos na construção da ferrovia, que servirá para todos os projetos da área, e cuja concessão de exploração pertence à CVRD. Para sua execução, a empresa obteve do BNDE financiamento de 97 bilhões de cruzeiros, ou cerca de 1 bilhão de dólares. Os outros 2 bilhões serão cobertos com recursos próprios da empresa e com financiamentos externos que estão sendo negociados com Japão, Alemanha, França e Itália, sob a forma de operações casadas: os financiadores comprarão a produção de Carajás como forma de amortizar a dívida.

Praticamente todas as obras de implantação da ferrovia, do porto e da usina de preparação do minério no local da jazida já estão contratadas, e a CVRD processa agora a encomenda dos equipamentos. No local da mina será feita apenas a britagem e classificação do minério, que, devido ao seu elevado teor de ferro, não precisará de qualquer tratamento para ganhar mercado. Uma usina-piloto, em operação desde março deste ano, realizou esses testes e produziu amostras para a venda antecipada do

A exploração do ferro, entregue a CVRD, renderá US\$ 600 milhões anuais

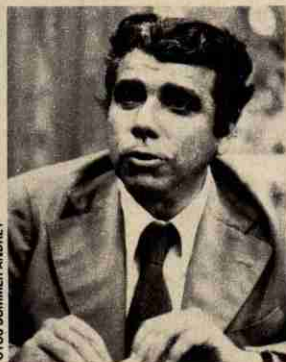
minério. Com isto, a CVRD já conseguiu compromissos de compra de 22 milhões de toneladas do produto. Quando o projeto começar a operar, em 1985, exportará 15 milhões de toneladas, subindo para 25 milhões no ano seguinte e atingindo seu ponto máximo a partir de 1987, com a produção de 35 milhões de toneladas anuais.

Para o aproveitamento do alumínio estão definidos os projetos da Mineração Rio do Norte, da Alunorte-Albrás e da Alcoa. O primeiro dedica-se exclusivamente à mineração. É uma associação de capital estatal (CVRD) com diversos parceiros nacionais e estrangeiros, e está produzindo, desde o ano passado, 2,4 milhões de toneladas anuais de bauxita, das jazidas do município de Oriximiná (PA), às margens do rio Trombetas, com escoamento fluvial.

Inicialmente destinada à exportação, essa bauxita alimentará as plantas industriais da Alunorte (que fabricará alumina, um produto intermediário) e da Albrás (produção de alumínio), ambas com controle acionário da CVRD, em associação com a Nalco, um consórcio de empresas japonesas que detém 39,2% do capital da Alunorte



Oziel Carneiro
Mudanças na lei das terras



Ermírio de Moraes
Nada de muita pressa



Paulo Villares
Mais equipamentos nacionais

te e 41% da Albrás. O investimento total do projeto de produção de alumina e alumínio será de 2,5 bilhões de dólares, com 30% de capital de risco e o restante financiado. Suas exportações deverão atingir 600 milhões de dólares anuais.

A Alunorte deverá produzir 80 mil toneladas de alumina em 1984 e 800 mil toneladas anuais a partir do ano seguinte, sendo que 80% da produção serão consumidos pela própria Albrás, e o restante alimenta-

rá outra subsidiária da CVRD, a Valesul, no Rio de Janeiro. A Albrás produzirá 160 mil toneladas anuais de alumínio a partir de 1985, atingindo o dobro dessa produção em 1989. Todo esse alumínio será exportado, sendo que metade é mercado cativo dos associados japoneses, que também fornecerão 35% do equipamento da Albrás e 11% do da Alunorte, ficando o restante das encomendas para a indústria nacional.

As duas plantas industriais ficam próxi-

FOTOS SOMMER ANDREY

JOEL MAIA

Os projetos do alumínio ajudarão nas exportações e até no transporte fluvial

FOTOS SOMMER ANDREY



O ciclo do ferro em Carajás: extraído da jazida, o minério passa pela usina-piloto e é transportado em esteiras até os caminhões



Na mata, uma sonda para pesquisar cobre

mas à Vila do Conde, no município de Barbacena (PA), a primeira das "zonas industriais" estabelecidas pelo Conselho Interministerial (ver o mapa na página 39). Junto a elas está sendo construído o porto de Ponta Grossa, que também servirá à navegação fluvial no rio Tocantins.

A Albrás, no entender de seu presidente, Romeu Teixeira, "será o ponto de equilíbrio da indústria de alumínio na Amazônia em termos de interesse nacional. Ele acrescenta que seu mercado correrá por fora do quase-cartel das "6 irmãs" do alumínio (Alcan, Alcoa, Reynolds, Kaiser, Pechiney e Alussuisse), uma vez que o Japão não pertence a esse conjunto. Com ele concorda Akihiro Ikeda, chefe da Assessoria Econômica do ministro Delfim Netto e ex-diretor da Albrás, para quem o Brasil não tem mercado externo para alumínio, mas tem matéria-prima e potencial energético. "Não há outra saída", diz ele. "O Brasil terá de começar a brigar para tornar-se um importante exportador."

Também está em implantação outro projeto de alumínio, este por conta da iniciati-

va privada de controle estrangeiro: é a unidade da Alcoa, a maior empresa do ramo em todo o mundo e que já opera no Brasil em Poços de Caldas (MG). O projeto, localizado junto a São Luís (MA), utilizará bauxita da mesma região do rio Trombetas e investirá mais de 1 bilhão de dólares para produzir, na primeira etapa, em 1983, 500 mil toneladas anuais de alumina e 100 mil de alumínio, gerando receitas de 250 milhões de dólares anuais.

A meta da empresa, porém, é triplicar o investimento e quadruplicar produção e receita ainda no decorrer desta década, e para tanto não tem problemas de mercado, já que ela própria é um dos maiores consumidores mundiais do produto.

Por esta razão, o empresário Paulo Villas lembra que "a contribuição do capital

estrangeiro talvez seja mais importante em Carajás do que em outras oportunidades, dada a necessidade de garantia de mercados cativos para grande parcela da produção do Programa". E Ermírio de Moraes acrescenta que o capital estrangeiro pode ainda trazer tecnologia não totalmente dominada no Brasil, em condições de obter a confiança, para a ele se associar, de empresários nacionais sem experiência nos ramos de atividade a serem operados na Amazônia Oriental (ver o quadro na página 46).

Ele cita o exemplo de que "70% do nióbio hoje produzido no mundo ocidental é feito em Araxá (MG), através de um grupo financeiro nacional coligado ao capital estrangeiro", referindo-se à CBMM, do grupo Moreira Salles/Unibanco em associa-

Integração, mas com desenvolvimento

"A diferença entre esse programa e as tentativas anteriores de integrar e desenvolver a Amazônia é que a concentração de recursos minerais e, portanto, de opções econômicas possibilitará a montagem da infra-estrutura até agora inexistente e a criação de um mercado na região", afirma o secretário-executivo do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, Oziel Carneiro. Outra diferença, a seu ver, é a participação do empresariado industrial, "que não foi conseguida no Plano de Valorização da Amazônia nem no Programa de Integração Nacional".

Mas a implantação da infra-estrutura, por si só, não significa desenvolvimento regional, e um exemplo disso está na própria

Amazônia, com o bem-sucedido empreendimento da Icomi (grupo Antunes), que extrai e exporta manganês no Território do Amapá. Com uma ferrovia de 200 quilômetros de extensão — que vai da jazida, na serra do Navio, ao porto de Santana, próximo a Macapá — funcionando desde 1957, simplesmente nada mais aconteceu na região. "O empreendimento da Icomi ficou isolado", explica Carneiro, "e somente agora, quando se aproxima a exaustão da jazida, estão surgindo na região novos projetos da própria empresa, que procura se diversificar." Nem mesmo a obrigatoriedade, imposta à Icomi, de aplicar no Amapá 20% de seus lucros resolveu o problema.

COMO NÃO DESENVOLVER — Fernando Roquette Reis, ex-presidente da CVRD, cita a própria empresa como exemplo disso. A Vale estava obrigada a aplicar no desenvolvimento do vale do Rio Doce todo o

ção com a MolyCorp Inc., dos EUA. "Não vejo nada de errado nisso", completa Moraes. "Esse exemplo deve ser seguido."

Embora julgue importante atrair empreendedores privados, inclusive estrangeiros, Ermírio de Moraes recomenda que o governo não tenha muita pressa nas definições. "A área realmente afeta ao capital privado", adverte ele, "terá que ser equacionada a médio e longo prazo, que eu calculo seja de cinco a dez anos." O grupo Votorantim, por exemplo, demorou seis anos para implantar sua indústria de alumínio (a CBA), sete para a indústria de zinco e oito para a de níquel, lembra Ermírio de Moraes, acrescentando que os prazos devem se dilatar à medida que cresce a participação de equipamentos nacionais nos projetos, como é o desejo do governo e empresários no caso de Carajás.

Mas não será apenas na mineração e metalurgia o aproveitamento das riquezas da Amazônia Oriental. Há também boas oportunidades para reflorestamento com fins

energéticos, para agricultura e pecuária. O setor industrial, é verdade, consumirá a quase totalidade dos investimentos, mas serão as demais áreas que demandarão maiores volumes de mão-de-obra e contribuirão para fixar populações na região: enquanto está prevista a criação de 70 mil empregos diretos na indústria, o campo poderá ocupar quase 1 milhão de pessoas.

Mandioca peletizada

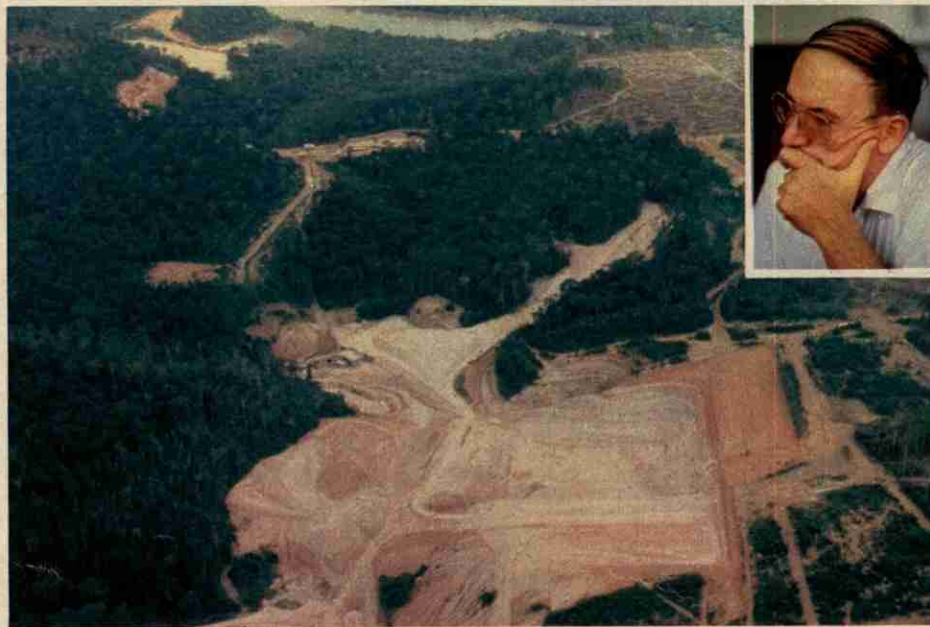
Para o aproveitamento de agricultura, pecuária e reflorestamento, o perfil de projeto elaborado pela CVRD reserva uma área de 40 milhões de hectares com localização vantajosa em relação à ferrovia e às hidrovias nos rios Araguaia e Tocantins. Também aqui os números são gigantescos: ao todo, essa ocupação exigirá investimentos equivalentes a 5 bilhões de dólares, devendo gerar receita anual de 4 bilhões. O projeto prevê uma produção anual de 3,5 milhões de toneladas de grãos (arroz, soja, milho, sorgo e feijão), plantados em 1,8

milhão de hectares com investimento de 900 milhões de dólares e igual receita por ano. Por outro lado, 1 bilhão de dólares anuais poderá vir da produção de 800 mil toneladas anuais de borracha natural, extraídas de 300 mil hectares de seringueiras — um investimento de 400 milhões de dólares.

Outra aplicação de 100 milhões de dólares na produção de mandioca peletizada para alimentação animal poderá render 150 milhões de dólares anuais. Finalmente, as lavouras, segundo o perfil da CVRD, poderão ocupar outros 2,4 milhões de hectares com cana-de-açúcar e/ou mandioca destinadas a produzir álcool, com investimento de 3,8 bilhões de dólares e receitas anuais de 1,8 bilhão.

A exploração pecuária está prevista para ser feita em 300 fazendas-módulo de 10 mil hectares, devendo cada uma custar 5,7 milhões de dólares. Em conjunto, elas poderão gerar uma receita anual de 700 milhões de dólares com a venda de 400 mil toneladas de carne — o que justifica um importante setor de industrialização de carnes para exportação.

Quanto ao reflorestamento, destina-se à produção de carvão vegetal que será demandado pelos projetos metalúrgicos. Será necessário investir 1,4 bilhão de dólares na extração e imediato reflorestamento da floresta nativa, numa extensão de 1,5 milhão de hectares. Ainda em estudos está o aproveitamento do babaçu nativo e do plantio de dendê.



King (ao alto), da Jari, queixa-se da queda nas cotações da celulose e do caulim.

seu lucro, e o fez integralmente por quase trinta anos. Mas, observa Reis, "é gritante a evidência de que o crescimento da CVRD teve escasso significado para o desenvolvimento regional. Assim, a CVRD tem quase quatro décadas de experiência de como não desenvolver uma região".

Outro exemplo verificado na Amazônia, mais recentemente, é o Projeto Jari, na fronteira entre o Amapá e o Pará, uma tentativa de desenvolvimento integrado pe-

la iniciativa privada. Grande parte dos problemas que esse projeto enfrenta atualmente deriva da infra-estrutura que precisou ser montada no local. Romeu Teixeira, presidente da Albrás, afirma que o conjunto Albrás/Alunorte não seria viável se o poder público não assumisse a montagem da infra-estrutura urbana, na área de sua instalação.

Howard King, diretor-executivo da Jari Florestal e Agropecuária, aponta outros fa-

tores como causa principal dos problemas enfrentados pela empresa: "As dificuldades econômicas gerais, comuns a todas as empresas brasileiras este ano, somadas ao comportamento desfavorável do mercado internacional para celulose e caulim, os dois principais produtos do Projeto Jari".

CICLO DE EXPANSÃO — As expectativas quanto ao Programa Grande Carajás, no entanto, são bastante diferentes. "Ele desperta esperança e desejo de realização imediata de todos os brasileiros", afirma Carneiro. Esse desejo é mais vivo em um segmento da nação, o empresariado: "O Programa representa uma grande oportunidade para a abertura de um novo ciclo de expansão industrial no país", diz o empresário Paulo Villares. Ou, como prefere o raciocínio de longo prazo do professor Eugênio Gudín: "Cumprirá o mesmo papel que São Paulo cumpriu no desenvolvimento do Centro-Sul".

A questão legal das terras na região, porém, é um sério entrave para os projetos agropecuários e florestais. Mas o secretário-executivo do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, Oziel Carneiro, informa que serão introduzidas na legislação brasileira algumas inovações sobre a posse da terra, com vigência específica para a região do Programa. Uma delas será a criação de distritos nos quais empresários estrangeiros poderão arrendar, por tempo limitado, grandes extensões de terras. Outras estimularão proprietários da região a se associarem com empresários do Centro-Sul ou do exterior.

A maior concentração de oportunidades de investimento, porém, como se sabe, ocorrerá na mineração e metalurgia, que mobilizarão 28 bilhões de dólares para gerar uma receita anual de 9 bilhões. Um terço desses valores está com seguras oportunidades de mercado já identificadas. Para o restante, é preciso contar com o aguçamento das dificuldades dos países mais industrializados quanto aos custos de energia

Bandeirantes, geólogos e helicópteros

Atraídos pelo lendário Eldorado da Amazônia Oriental, os bandeirantes desbravaram regiões do Araguaia em busca do local de onde os índios retiravam as ricas pepitas de ouro com que se adornavam. Se na época os bandeirantes fracassaram em sua missão, embora tivessem se aproximado do ouro de Carajás, somente no início deste século é que o geólogo Avelino Ignácio de Oliveira fez o primeiro reconhecimento geológico da região, conseguindo descobrir galena em São Félix do Xingu e material carbonoso no rio Fresco, ambos nas imediações da serra dos Carajás.

Breno dos Santos, um dos geólogos que descobriram o ferro de Carajás, diz que, se tivesse um helicóptero naquela época, Oliveira certamente teria chegado à serra e antecipado as descobertas das imensas jazidas minerais da região. Em 1933, o engenheiro Luiz Flores de Moraes Rego subiu o rio Itacaiúnas, que passa a 20 quilômetros das jazidas de ferro, e descreveu a existência de "morros de topo plano onde se encontram campos gerais".

PRIMEIRA EXPLORAÇÃO — Mas foi

1 milhão de novos empregos na agricultura, pecuária e reflorestamento

e mão-de-obra, controle de poluição etc. — fatores que poderão ampliar mercados para o Brasil.

Nas áreas de mineração e metalurgia, os principais projetos já elaborados pela CVRD e aqui listados apenas na sua primeira etapa são os seguintes:

● **Cobre** — Uma usina para a produção de 1 milhão de toneladas/ano de minério concentrado, com investimento de 900 milhões de dólares. Metade da produção tem mercado interno garantido, substituindo importações de 340 milhões de dólares anuais. O restante deverá ser usinado em unidade a ser instalada na própria Amazônia, com investimento de 550 milhões de dólares e receita anual de 430 milhões.

● **Alumínio** — Uma unidade na própria serra dos Carajás, com investimento de 1,1 bilhão de dólares, produção de 240 mil toneladas anuais e receita de 430 milhões de dólares/ano.

● **Ferro-níquel** — Investimento de 450 milhões de dólares, com receita anual de 120 milhões, pela lavra de 1,7 milhão de toneladas/ano de minério de níquel e sua transformação em 20 mil toneladas/ano de níquel contido em ferro-níquel.

● **Ferro-manganês** — Uma unidade ao custo de 150 milhões de dólares e receita anual de 60 milhões, com mineração de 500 mil toneladas/ano de manganês e sua transformação em 150 mil toneladas/ano de liga.

● **Sínter** — Sinterização do minério de ferro de Carajás com investimento de 260 milhões de dólares e receita de 150 milhões/ano, com a exportação de 5 milhões de toneladas/ano de sínter.

● **Ferro-gusa** — Com implantação sugerida para a região de Marabá (PA), uma unidade para produzir 2 milhões de toneladas/ano de gusa através de altos-fornos movidos a carvão vegetal, com investimento

de 360 milhões de dólares e exportações anuais de 250 milhões.

● **Ferro-esponja** — Uma unidade para produzir 2 milhões de toneladas/ano de ferro-esponja, com investimento de 500 milhões de dólares e exportações anuais de 220 milhões de dólares.

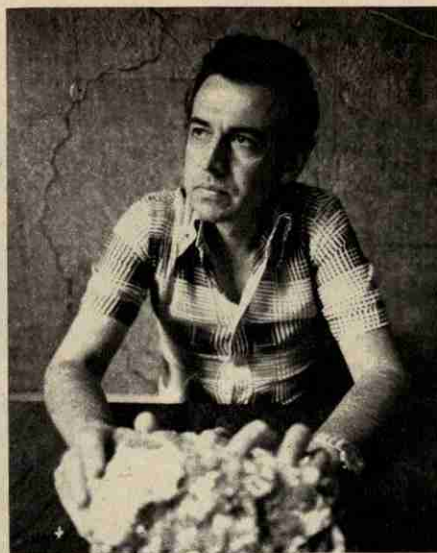
● **Aços semi-acabados** — Uma usina para a produção de 10 milhões de toneladas/ano de semi-acabados de aço, aí incluída uma produção de 6 milhões de toneladas/ano de coque, que seria consumido no processo siderúrgico, com investimentos de 10,2 bilhões de dólares e receita anual de 2,5 bilhões.

● **Coque** — Além dos 6 milhões de toneladas/ano embutidas na usina de semi-acabados, outra unidade junto ao porto para a produção de 2 milhões de toneladas/ano de coque para exportação, com investimento de 400 milhões de dólares e receita anual de 80 milhões. Além disso, os

distante dali que ocorreu, em 1946, a primeira grande descoberta mineral na parte leste da Amazônia: a jazida de manganês da serra do Navio. Isto motivou a criação do Território do Amapá, desmembrado do Estado do Pará, e no ano seguinte as reservas foram entregues, por concorrência, à Icomi — uma associação do grupo Antunes, nacional, com a Bethlehem Steel, dos Estados Unidos. A U.S. Steel, à época a maior siderúrgica do mundo, procurada por Antunes, não demonstrou interesse pelo negócio.

Anos mais tarde, contudo, a empresa resolveu investir na área, criando a Cia. Meridional de Mineração, e foi ela que localizou as reservas de Carajás. Por seu lado, o projeto da Icomi só entrava em operação em 1957, constituindo-se na primeira experiência de exploração mineral de grande porte na região.

Enquanto isso, iniciava-se na área, contratado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, um levantamento aerofotogramétrico cujos resultados foram publicados em 1966. Nesse mesmo ano, a Codim, uma empresa subsidiária da Union Carbide, descobriu um pequeno depósito de manganês na serra do Sereno, que compõe o conjunto da serra dos Carajás, atraindo também a Meridional para este ponto da Amazônia.



Breno dos Santos, descobridor de Carajás
"Elefante em terra de elefantes"

NOVAS TÉCNICAS — Interessada em tornar a U.S. Steel independente em relação a suas minas de Gabão, um país politicamente instável, a Meridional pesquisava para localizar uma jazida de pelo menos 20 milhões de toneladas de manganês.

Com fotografias da região, novas técnicas de trabalho no solo e um pouco de sorte, as descobertas da Meridional vieram com rapidez. No dia 31 de julho de 1967, o geólogo Breno dos San-

tos realizou o primeiro pouso de helicóptero numa das clareiras da serra dos Carajás, confirmando que se tratava de ocorrência de minério de ferro. Três semanas após, os geólogos João Ritter e Erasto Boretti de Almeida, que trabalhavam com Santos na Meridional, pousaram na serra Norte, a primeira das grandes jazidas descobertas, com 6 bilhões de toneladas de minério. Em seguida, seriam descobertas a jazida da serra Sul, com 10 bilhões de toneladas, e outras oito menores.

Mais algumas semanas, e a Meridional achava uma jazida de manganês. Em 1971, as pesquisas na serra dos Carajás foram retomadas pela Amazônia Mineração (Amza), formada pela associação entre a Meridional e a Companhia Vale do Rio Doce. O trabalho da Amza elevou para 38 o número de jazidas na serra, incluindo diversos tipos de minérios.

Atualmente, novas pesquisas vêm sendo feitas pela Docegeo, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, cujo chefe do Distrito da Amazônia é o próprio Breno dos Santos. E continua a reinar o mesmo otimismo quanto à possibilidade de novas descobertas. "É como procurar um elefante na terra dos elefantes", afiança Santos, com sua experiência de bandeirante do século XX.

gases de coqueria produzidos por essa unidade podem ser aproveitados em indústrias locais.

● **Silício metálico** — Uma usina para produzir 30 mil toneladas/ano de silício metálico, com investimento de 50 milhões de dólares e receita anual de 40 milhões.

● **Estanho** — Uma unidade para a produção de 2 mil toneladas/ano de concentrado de estanho, com receita anual de 20 milhões de dólares.

O porte desse conjunto de projetos mostra que o Programa Grande Carajás não é apenas uma solução para a crise do balanço de pagamentos nacional, mas, sim, o maior programa de desenvolvimento jamais pensado para o Brasil. E, como tal, merece ampla discussão nacional, ainda que isto implique maior demora na sua execução.

A pressa em se utilizar recursos naturais para superar uma crise conjuntural da economia brasileira — alerta o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco — pode resultar num mau aproveitamento desses recursos, em termos de interesse nacional, e, sentencia ele, “pode acabar por exauri-los de forma prematura, sem que nos livremos da crise”.

Como os empresários vão participar?

Os empresários movimentaram-se intensamente nos últimos meses para definir com o governo as formas de mobilizar capitais para aproveitar as riquezas da Amazônia Oriental. As opiniões se polarizaram em algumas propostas, em geral não excludentes, compondo o seguinte quadro:

● **Formação de consórcios de empresários nacionais, estrangeiros e capital estatal**, na base de um terço para cada sócio. O principal líder dessa corrente é o ex-ministro Reis Velloso.

● **Associação majoritária de empresas nacionais com até 49% de capital estrangeiro em cada empreendimento na área de mineração, e aceitação do controle estrangeiro na etapa da industrialização.** Representativo dessa opinião é o empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes.

● **Associação majoritária de empresários nacionais de qualquer ramo, inclusive do setor financeiro, com**

empresas estrangeiras de experiência e tecnologia avançada no ramo, desde que o capital estrangeiro seja de risco, e não de empréstimo. O principal defensor dessa proposta é o empresário Antônio Ermírio de Moraes.

● **Associação de capitais nacionais, privados ou estatais, com empresas estrangeiras consumidoras do produto de cada projeto, a fim de garantir mercado externo.** Esta modalidade vem sendo praticada pela Cia. Vale do Rio Doce.

● **Associação livre de capitais nacionais e estrangeiros, mas com garantia de compra dos equipamentos no país e preferência para a exportação de produtos elaborados, permitindo a instalação de outras indústrias de ponta na região do Programa.** Seu principal defensor é o empresário Paulo Villares e seu objetivo é fazer com que a exploração das riquezas da Amazônia Oriental provoque um novo ciclo de expansão industrial.